



20º Congresso de Iniciação Científica

ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DE UM ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Autor(es)

NATÁLIA VELLO ZIEGLITZ

Orientador(es)

MARIA INÊS BACELLAR MONTEIRO, ANA PAULA DE FREITAS

Apoio Financeiro

FAPIC/UNIMEP

1. Introdução

Este texto focaliza o processo de avaliação do desenvolvimento e aprendizagem de um aluno com necessidades educacionais especiais (NEE) inserido na rede regular de ensino; bem como os instrumentos de avaliação utilizados pela escola e pelos professores do referido aluno.

Estudos realizados por alguns pesquisadores constataam que a avaliação de aprendizagem do aluno com NEE, ainda é uma temática a ser desvendada (FREITAS, 2008; FREITAS, 2011). Freitas (2011) explicita que durante os encontros com uma professora regente da sala de aula de um aluno com dificuldades acentuadas para aprender, questões tais como: “O que ele já sabe?” “O que ainda precisa vir a saber?” “O que ele pode fazer sozinho?” “Quando ele precisa ser auxiliado para realizar as tarefas?” “Será que devo modificar as tarefas para ele?” sempre eram realizadas pela professora.

Embora os documentos oficiais tenham indicativos sobre a temática da avaliação (Lei de Diretrizes e Bases nº9394/96; Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de fevereiro de 2001; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria ministerial nº 555 de junho de 2007), estudos mostram que, na prática a avaliação ainda é uma das questões mais contraditórias do modelo educacional vigente (CAPELLINI E MENDES, 2002; JESUS, 2004; BATISTA, CARDOSO E SANTOS, 2006; BRUNO, 2007).

O estudo fundamenta-se na matriz teórica histórico-cultural do desenvolvimento humano. Vigotski (1989, 2007), pensador russo, se preocupou em compreender o desenvolvimento humano, inclusive o desenvolvimento de pessoas com algum tipo de deficiência. A esses estudos o autor deu o nome de defectologia. Vigotski argumenta que as leis gerais do desenvolvimento são iguais para todas as crianças, porém, ressalta que há peculiaridades na organização sociopsicológica da criança com deficiência e que seu desenvolvimento requer caminhos alternativos e recursos especiais.

O Ministério da Educação (2001) com a intenção de unificar e nortear a educação inclusiva no país esclarece que as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem NEE, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino.

Este estudo ao discutir a questão da avaliação em alunos com NEE propõe-se a olhar para a forma como este aluno é compreendido pelos seus educadores e pares. Parte-se da hipótese de que, se ele for avaliado como alguém com possibilidades, os educadores irão investir em suas potencialidades e este aluno poderá vir a ter acesso ao conhecimento escolar. Todavia, caso seja avaliado considerando-se aquilo que ele não tem e ainda não sabe, é provável que o trabalho educacional se torne circunscrito às funções

elementares, impedindo o desenvolvimento das funções mentais superiores. Além disso, ao olhar para as capacidades emergentes do aluno com NEE, o professor poderá priorizar em seu trabalho a realização das tarefas escolares em colaboração com educadores e outros alunos.

Vigotski (2007) descreve que a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. O autor introduziu a noção de zona de desenvolvimento proximal com a intenção de resolver os problemas práticos da psicologia da educação: a avaliação das capacidades intelectuais das crianças e a avaliação das práticas de instrução.

Para refletir sobre o processo de avaliação do desenvolvimento e aprendizagem do aluno com NEE, inserido na rede regular de ensino; bem como analisar os instrumentos de avaliação utilizados pela escola e pelos professores do referido aluno, focalizamos neste texto três situações específicas de avaliação do aluno, que agrupamos em dois eixos temáticos: 1. Situação de Avaliação Final e, 2. Situação de Avaliação Processual.

2. Objetivos

Conforme já destacado anteriormente, este estudo tem como objetivo geral refletir sobre o processo de avaliação do desenvolvimento e aprendizagem de um aluno, com necessidades educacionais especiais, inserido na rede regular de ensino a partir da análise de instrumentos de avaliação utilizados pela escola e pelos professores do referido aluno, sob a ótica e pressupostos da perspectiva histórico-cultural. Busca-se especificamente identificar: 1. As ações do professor e possíveis relações na constituição do aluno. Concepções do professor sobre as possibilidades de aprendizagem do aluno. Ações voltadas para a valorização das capacidades emergentes. 2. Identificar as adaptações dos conteúdos escolares do 2º ano do Ensino Fundamental, realizadas pelo professor para o aluno com necessidades educacionais especiais. Como as tarefas são modificadas para o aluno? Como ele é ajudado, encorajado na realização das atividades?

3. Desenvolvimento

O sujeito do estudo é uma criança (Gil) do sexo masculino com idade de 9 anos, possui um atraso no desenvolvimento neuro-psico-motor ocasionado por nascimento pré-termo. Durante o período de coleta dos dados estava no 2º ano do ensino fundamental, de uma escola de educação infantil e ensino fundamental, pública, municipal, localizada em uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo.

A sala de aula de Gil possui 17 alunos, uma professora regente e uma auxiliar de classe, a professora é graduada em pedagogia, a auxiliar tem o magistério. A professora regente da sala de aula e a auxiliar de professora também são sujeitos do estudo, uma vez que, pretende-se investigar os modos como elas possibilitam a constituição do aluno.

Para a construção dos dados foram realizadas filmagens semanais durante o segundo semestre de 2011, com a filmadora digital Sony, modelo Vaio VGN – CS360, no primeiro período da aula com duração aproximada de duas horas.

Foi realizada uma entrevista semi-dirigida com a professora de Gil. Esta entrevista teve a duração de 36 minutos, foi áudio-gravada e, posteriormente, transcrita na íntegra.

Após as filmagens o material foi transcrito. As análises foram realizadas, seguindo-se os princípios da análise microgenética proposta por Góes (2000), focalizando os momentos de interação entre o aluno e as professoras, com o intuito de buscar os indícios das concepções e práticas de avaliação que permeiam as ações realizadas.

O presente projeto de iniciação científica insere-se no Projeto Temático Linguagem e Inclusão Escolar, que possui parecer do Comitê de Ética e Pesquisa da UNIMEP (protocolo nº 70/05) com data de 24 de abril de 2006.

4. Resultado e Discussão

Nos sete episódios podemos identificar as maneiras encontradas pela professora para conduzir as atividades e para garantir a participação de Gil. Nota-se que na avaliação formal, os alunos não podem ser ajudados ou encorajados a realizarem suas tarefas, prevalecendo uma ênfase no produto final e não no processo. Por outro lado, em um momento em que, a avaliação formal não é o foco da atividade, os alunos são incentivados a participarem da atividade e há mais diálogos, enfatiza-se o processo do desenvolvimento da atividade.

Este estudo procurou refletir sobre o processo de avaliação do desenvolvimento e aprendizagem de um aluno, com necessidades educacionais especiais, inserido na rede regular de ensino a partir da análise de instrumentos de avaliação utilizados pela escola e pelos professores do referido aluno, sob a ótica e pressupostos da perspectiva histórico-cultural. A partir das análises dos dados torna-se possível fazer algumas considerações sobre o processo avaliativo e sobre os modos de relação entre o aluno e os educadores

(auxiliar e professora) e alunos e pares.

Nas ações do professor e possíveis relações na constituição do aluno notou-se que, na maioria das atividades observadas, a tarefa de orientar o aluno ficou sob responsabilidade da auxiliar de classe. Em alguns momentos observa-se uma atuação intencional/deliberada no sentido de fazer com que Gil participe da atividade proposta: chama sua atenção para o que está sendo realizado, aponta. Em outros momentos nota-se que a auxiliar realiza as tarefas para Gil. Em relação a atuação da professora tem conteúdos mais significativos, mas acontecem esporadicamente.

Concepções do professor sobre as possibilidades de aprendizagem do aluno. Pela entrevista é possível notar que a professora traz em seu discurso um conhecimento sobre a avaliação ser processual e sobre a importância do outro neste processo, todavia, em sala de aula, os dados analisados mostram que Gil nem sempre foi auxiliado na realização das atividades – muitas vezes, havia um encorajamento para que ele realizasse a atividade sozinho – mas não encontra-se muitas situações em que a professora busca formas de ação conjunta, com o intuito de tornar a atividade significativa para ele.

Em atividades de leitura e compreensão de texto as atividades eram adaptadas e favorecem as capacidades de Gil, mas em atividades de raciocínio lógico, como matemática, não eram sempre oferecidos materiais alternativos, nem uma construção de significado para a atividade, muitas vezes não era apresentado nem um modelo de como realizar a tarefa.

Quanto ao objetivo de identificar as adaptações dos conteúdos escolares do 2º ano do Ensino Fundamental, realizadas pelo professor para o aluno com necessidades educacionais especiais, houve mais modificações do que adaptações, as atividades para o Gil eram diferentes, mesmo tendo o tema semelhante, continham mais figuras, eram mais simples, tinham outros objetivos. Ex: os alunos tinham que escrever o fim da história “Chapeuzinho vermelho”, Gil tinha que pintar o desenho dos personagens e escrever os nomes de cada um deles. Ou então não eram adaptadas, nem mesmo modificadas, o que consequenciava na não participação do aluno na atividade, ficando totalmente desmotivado e até irritado.

Como as tarefas são modificadas para o aluno? Como ele é ajudado, encorajado na realização das atividades? As tarefas muitas vezes eram modificadas e Gil recebia ajuda efetiva da auxiliar, da professora e até mesmo dos colegas de sala, mas poucas vezes observamos o conteúdo da atividade ser significado para o aluno, tentativas (mal)feitas de dar sentido e função a tarefa foram momentos definitivos para que Gil não participasse e não se beneficiasse das propostas pedagógicas

5. Considerações Finais

Gil não cumpre de forma satisfatória as avaliações formais, pois demonstra não encontrar significados e condições de realizá-las, mas nas atividades de sala de aula, quando as educadoras utilizam recursos adaptados, linguagem lúdica e dão oportunidade de outras formas de expressões que não apenas a escrita, Gil demonstra capacidades e possibilidades de interação e aprendizagem.

O aluno com necessidades educacionais especiais é desfavorecido em situação de avaliação padronizada: pelas limitações desse tipo de avaliação, e, muitas vezes não consegue ainda ver sentido em algumas das tarefas que lhes são atribuídas. Precisa da ajuda do outro para conferir significados às suas ações e assim, avançar no conhecimento. Gil recebeu ajuda, mas esta precisaria ter levado em conta os significados que estavam sendo compreendidos por Gil.

Identificamos neste trabalho que as ações da professora ou auxiliar que buscavam ajudar Gil a realizar a tarefa foram prejudicadas pela ansia das mesmas em obter respostas corretas ou muito acima do que Gil tinha condições de realizar naquele momento. Isso levou muitas vezes a que elas desmanchassem as tentativas de Gil, concluíssem o trabalho por ele ou até realizassem por ele.

Ressalta-se assim a importância de um espaço em que os professores possa refletir sobre suas próprias ações, compartilhar seus modos de agir e assim colaborar para o desenvolvimento do aluno.

Referências Bibliográficas

- BATISTA, C. G.; CARDOSO, L. M. e SANTOS, M. R. de A. Procurando "botões" de desenvolvimento: avaliação de crianças com deficiência e acentuadas dificuldades de aprendizagem. *Estud. psicol.* Natal, set./dez. 2006, vol.11, no.3, p.297-305. ISSN 1413-294X.
- BRASIL, Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de fevereiro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 11 fev. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/resolucaoce.pdf>. Acesso em 04 out. 2011.
- FERREIRA, J.R. Educação especial, inclusão e políticas educacionais: notas brasileiras. Em: *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. Org.: RODRIGUES, D. São Paulo: Summus, 2006.
- FREITAS, A.P. Zona de Desenvolvimento Proximal: a problematização do conceito através de um estudo de caso. Campinas, 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.
- FREITAS; A.P. A compreensão dos indícios das possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem em crianças com deficiência mental na escola regular. Piracicaba, 2011. Relatório Final de Pesquisa. Apoio FAPESP – SP. Universidade Metodista de Piracicaba. 51p.
- GÓES, M. C. R. A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: Uma perspectiva para o estudo da Constituição da

Subjetividade. Caderno Cedes, ano 20, n.50, 2000, p.09-25.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal)feitas sobre a educação inclusiva. Em: Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. Org.: RODRIGUES, D. São Paulo: Summus, 2006.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Rev. Bras. Educ. vol.11 no.33 Rio de Janeiro Set./Dez. 2006

UNESCO. Ministério de Educação e Ciências de Espanha. Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha entre 7 e 10 de junho de 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 04 out. 2011.

VIGOTSKI, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.